

ALFREDO WAGNER BERNO DE ALMEIDA
ROSA ELIZABETH ACEVEDO MARIN
ERIKI ALEIXO DE MELO

PANDEMIA E TERRITÓRIO

2020

CONSELHO EDITORIAL

Otávio Velho – PPGAS-MN/UFRJ, Brasil

Dina Picotti – Universidade Nacional de General Sarmiento, Argentina

Henri Acserald – IPPUR –UFRJ, Brasil

Charles Hale – University of Texas at Austin, Estados Unidos

João Pacheco de Oliveira – PPGAS-MN/UFRJ, Brasil

Rosa Elizabeth Acevedo Marin – NAEA/UFPA, Brasil

José Sérgio Leite Lopes – PPGA-MNU/UFRJ, Brasil

Aurélio Vianna – Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, Brasil

Sérgio Costa – LAI FU, Berlim, Alemanha

Alfredo Wagner Berno de Almeida – UEMA/UEA, Brasil

CONSELHO CIENTÍFICO

Ana Pizarro – Professora do Doutorado em Estudos Americanos Instituto de
Estudios Avanzados – Universidad de Santiago de Chile

Claudia Patricia Puerta Silva – Professora Associada – Departamento de
Antropologia – Facultad de Ciências Sociales y Humanas – Universidad de
Antioquia

Zulay Poggi – Professora do Centro de Estudios de Desarrollo – CENDES–
Universidad Central de Venezuela

Maria Backhouse – Professora de Sociologia – Institut für Soziologie –
FriedrichSchiller-Universitätjena

Jesús Alfonso Flórez López – Universidad Autónoma de Occidente de Cali -
Colombia

Roberto Malighetti – Professor de Antropologia Cultural – Departamento
de Ciências Humanas e Educação “R. Massa” – Università degli Studi de
Milano-
Bicocca

Copyright© Autores

Equipe de organização e edição:

Alfredo Wagner Berno de Almeida

Rosa Elizabeth Acevedo Marin

Eriki Aleixo de Melo

Capa: Phillippe Teixeira

Diagramação: Phillippe Teixeira

ISBN Impresso: 978-65-00-05792-8

ISBN E-book: 978-65-00-05793-5

Ficha catalográfica:

P189 Pandemia e Território / Organizado por Alfredo Wagner Berno de Almeida. Rosa Elizabeth Acevedo Marin. Eriki Aleixo de Melo. – São Luís: UEMA Edições/ PNCSA, 2020.

1226 p.:il.

ISBN Impresso: 978-65-00-05792-8

ISBN E-book: 978-65-00-05793-5

1. Pandemia. 2. Território. 3. Povos e comunidades tradicionais. I. Almeida, Alfredo Wagner Berno de. II. Marin, Rosa Elizabeth Acevedo. III. Melo, Eriki Aleixo de. IV. Título.

CDU 316 + 614.4

Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia –
Universidade Estadual do Maranhão (PPGCSPA/UEMA)

Cidade Universitária Paulo VI – Caixa Postal 09 – São Luís/MA. Fone (98)
3245-5461 Fax (98) 3245-5882

EQUAÇÕES EM TEMPOS DE PANDEMIA: POVOS INDÍGENAS EM PERNAMBUCO E A PRODUÇÃO DE DADOS

Anthony Lisboa³⁴⁰

Flávia Vieira³⁴¹

Geoclebson Pereira³⁴²

Hosana Santos³⁴³

Ilana Magalhães³⁴⁴

Maria Jaidene Pires³⁴⁵

Maria da Penha Silva³⁴⁶

Luan Arruda³⁴⁷

Poliana Nascimento³⁴⁸

Rosângela Brito³⁴⁹

Sandro Henrique Lôbo³⁵⁰

Tiane Souza³⁵¹

Vânia Fialho³⁵²

Walter Calado³⁵³

Whodson Silva³⁵⁴

340. Técnico em Agropecuária;

341. Doutoranda em Antropologia PPGA/UFPE

342. Graduando em Enfermagem FENSG/UPE

343. Doutora em Antropologia

344. Doutoranda em Antropologia PPGA/UFPE

345. Professora UPE; Especialista em Pedagogia

346. Professora Prefeitura da Cidade do Recife; Doutoranda em Antropologia PPGA/UFPE

347. Mestrando em Antropologia na PPGA/UFPE

348. Doutoranda em Antropologia PPGA/UFPE

349. Professora IF Sertão; Doutora em Zootecnia

350. Professor CESMAC; Doutorando em Antropologia PPGA/UFPE

351. Mestranda PPGG/UFPE

352. Professora PPGA/UFPE e PROCADI/UPE; Doutora em Antropologia

353. Graduando em Geografia UFPE

354. Doutorando em Antropologia PPGAn/UFMG

Entre alardes, medo e informações truncadas, iniciamos, de forma generalizada no Brasil, o período de enfrentamento ao Covid-19 em fevereiro de 2020.

No dia 16 de março, em Pernambuco, instituições públicas de ensino começaram a suspender suas atividades. No dia 18, seguiram-se as instituições privadas. Dia após dia, o medo foi se materializando a partir do compartilhamento de dados estatísticos de diversos níveis e com os mapas, produzidos aos montes, que começaram a mostrar o quanto o vírus estava próximo de cada um de nós.

Nesse mesmo período, outras notícias circulavam pela mídia, principalmente a alternativa: invasão de terras indígenas por garimpeiros e madeireiros, desmatamento atingindo índices alarmantes, deslocamento compulsório de comunidades quilombolas.

Concomitantemente, indígenas na região Nordeste enfrentavam ações de reintegração de posse impetradas por históricos invasores de suas terras, que os colocavam, em meio à pandemia, em situações de extrema vulnerabilidade.

Falava-se em situação análoga à conjuntura de guerra e estratégias de enfrentamento começavam a ser aventadas. Uso de máscaras, álcool gel a 70%, luvas, distanciamento e isolamento social. Preocupação com abastecimento de gêneros alimentícios e, quem podia, já começava a estocá-los. Quem produzia ou vendia preocupa-se com o escoamento da produção e com a sobrevivência de seus negócios.

Foi nesse contexto que nossa equipe foi contatada para participar de um programa televisivo sobre os Povos Indígenas e o Covid-19. Até a véspera do programa, não havia nenhuma notificação oficial de óbito entre este segmento social. No entanto, especulava-se a informação de que dois indígenas haviam morrido, um senhor no estado do Amazonas

e uma senhora num município do Pará. Por serem considerados indígenas “desaldeados”, não entraram nos cálculos oficiais da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAT). Parte da entrevista televisiva foi dedicada a elucidar as dificuldades em equacionar os dados advindos de diferentes fontes que almejavam quantificar a pandemia entre os povos indígenas.

Equações em tempos de pandemia

No português, equação significa a redução de uma questão, de um problema intrincado, a pontos simples e precisos, para facilitar a obtenção de uma solução. A ação referente nos conduz à ideia de que seria possível encaminhar a solução do problema em questão.

Ora produzidos pelo Estado, ora pelos mais diferentes organismos, os números, os gráficos com base na terminologia matemática e estatística, começam a tomar conta da vida cotidiana. Aliados a essa tecnificação da realidade, a doença, o sofrimento e a morte são também objetificados. Até mesmo nos relatos de familiares de vítimas do covid-19 passou a ser comum o termo “foi a óbito”, ao invés de “morreu”.

Em momentos de grande crise, a estatística é mobilizada para ilustrar a gravidade da situação. Mas cada crise é também um momento de debate sobre o papel do Estado na regulação e na elaboração de políticas que possam enfrentá-la.

Em trabalho sobre a sociologia da quantificação, Sousa (2017) cita que Foucault utilizou da noção de governabilidade para caracterizar a formação de uma racionalidade política neoliberal baseada em instrumentos, em aparelhos específicos de governo e em um sistema de conhecimento. Este sistema de conhecimento destaca a predominância da estatística e os modos de utilização da mesma pelo Estado, que aplica esse tipo de conhecimento e

que acaba por se constituir enquanto técnicas para pensar a população como uma totalidade de recursos e de necessidades.

Para Foucault a constituição da economia política, considerada como ciência e ao mesmo tempo como técnica de intervenção e de governabilidade, foi possível a partir do momento em que emerge um novo sujeito que é a população. Cabe aos estatísticos classificar a população (em quantidade restrita de categorias) em grupos socialmente homogêneos. Refere-se à luta pela classificação, pela definição das categorias que emergem no discurso de intervenção e governabilidade. A estatística passa a ter lugar central e se sustenta através de uma legitimidade oriunda do Estado e outra, da ciência. Trata-se da luta por definição das existências: nos dados e nos mapas e, por consequência, na vida real.

É com base nessas questões que o objetivo deste texto é possibilitar a compreensão de como a pandemia, e sua construção como categoria política, tem impactado os povos indígenas no estado de Pernambuco, problematizando, por um lado, a formalização dos instrumentos de produção de dados com o espaço social no qual os mesmos são produzidos; e, por outro, indicando aspectos que são invisibilizados pelas equações definidas com status de verdade.

1ª Equação: pesquisa antropológica em tempo de pandemia

O primeiro problema a equacionar foi exatamente as condições de pesquisa no período de pandemia. O distanciamento social se impôs e fazia-se necessário contar com as formas remotas de contato para saber o que começara a acontecer com nossas redes de pesquisa. Algo que já vinha se desenhando nas nossas experiências de pesquisa, neste momento, se intensificou. Correio eletrônico, *Whatsapp*, *lives*, *Instagram*, *Facebook*

viabilizaram conhecer as estratégias de mobilização dos povos indígenas, seja na comunicação que faziam internamente e que compartilham com os pesquisadores, seja na comunicação com a sociedade mais ampla em que divulgam suas campanhas emergenciais, mas que também denunciam as violações que continuam a acontecer, mesmo em tempos de pandemia

De pronto, identificamos alguns problemas que desde o início da pandemia surgiram, tais como: as dificuldades de escoamento de suas produções bem como as estratégias que passaram a definir sem o apoio do Estado para tentar conter a chegada do vírus nas comunidades, como as barreiras sanitárias e a dificuldade de acesso ao auxílio emergencial.

Ao conjugar os dados quantitativos, que começavam a chegar sobre a incidência do Coronavírus entre os povos indígenas, com o conhecimento etnográfico já existente, ficava cada vez mais patente que o vírus é a ponta do iceberg de um problema bem mais amplo.

2ª Equação: biológico x social

A segunda equação a ser enfrentada é aquela que coloca em discussão o campo da significação inerente aos processos de adoecimento e dos elementos estruturais que o alimentam. As campanhas massivas e os protocolos disseminados nem sempre são facilmente acatados. A percepção que cada povo constrói sobre o Coronavírus e as novas regras de sociabilidade impostas são elementos importantes de compreensão.

A primeira morte entre os indígenas em Pernambuco aconteceu entre os Fulni-ô, uma das treze etnias do estado. A justificativa para a crescente incidência entre eles se deu em razão de estarem reclusos no Ouricuri, aldeia que recebe o mesmo nome do ritual sagrado que realizam. Tal reclusão, provavelmente, contribuiu para a disseminação do vírus pela quantidade

de pessoas reunidas e pelas precárias condições de saneamento. Mas essa situação é análoga à que vivem na aldeia principal.

Os Fulni-ô habitam uma área urbana, resultante da expansão do município de Águas Belas que se originou de área doada à igreja e situada no meio do que já foi território indígena. Existe ainda à já citada área destinada ao Ouricuri, ritual que acontece de setembro a dezembro, mas que também os acolhe para rituais no decorrer do ano.

A principal aldeia foi dividida por representantes do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, em 1928, que então incluía o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) que lhes foi assegurada pela emissão de títulos individuais; são 400 lotes de 550x550 metros (30,25 hectares) e mais outros 27 lotes de menor extensão com dimensões irregulares. (DÍAZ, 1998)

Apesar de terem sido realizadas duas tentativas de definição dos limites territoriais pela FUNAI, em 1993 e em 2003, até hoje não houve a devida regularização. Com o crescimento da sua população, ficaram também confinados no que mais parece ser um bairro da cidade Águas Belas.

Hoje, os Fulni-ô começam a carregar o estigma relacionado à incidência do Coronavírus sobreposto a tantos outros já a eles imputados pela sociedade envolvente. Ter sido infectado ou ter morrido por Covid-19 passou a constituir um novo tabu.

O que nos interessa nesse momento é evidenciar que a situação aguda em que se encontram em contexto de epidemia se deve em grande medida à vulnerabilidade crônica a que foram submetidos até hoje.

Temos um problema da ineficácia do Estado brasileiro em estabelecer uma política indigenista estruturante que pudesse, em situações de crise como esta, orientar de maneira efetiva o enfrentamento. De forma contraditória, o Estado tem se utilizado da pandemia para justificar questões que foram historicamente negligenciadas.

O reconhecimento de problemas sociais anteriores, e não unicamente o problema biológico emergente, possibilita-nos compreender a vulnerabilidade crônica que tem acometido estes segmentos sociais no contexto da pandemia, bem como a espacialidade do vírus entre estes.

3º Equação: espacialidade do vírus

O vírus tem uma temporalidade e uma espacialidade. As narrativas apresentam que o vírus chegou pela região sudeste, atingiu as capitais das demais regiões e foi se interiorizando para as regiões periféricas e o interior dos estados. No que concerne às informações, uma proliferação de dados estatísticos, gráficos e mapas são difundidos.

Acserald (2015) destaca que os mapas sempre tiveram papel fundamental nas definições da presença do Estado nos espaços modernos. Seja para controle na criação de jurisdição administrativa, seja para prescrever utilizações para o território a partir de classificações. Nesse sentido, o conhecimento que se tem sobre o território é inseparável da soberania do Estado, tornando o mapa um instrumento do discurso político desse mesmo Estado. No âmbito da saúde, principalmente em contexto de pandemias e epidemias, o Estado faz uso de uma tecnologia de mapeamento em saúde para cartografar e gerenciar aspectos voltados para o controle e prevenção dessas doenças. São mapas voltados para equipe de serviços de saúde, que orientam medidas para o planejamento de intervenções e quando for o caso, de vacinação necessária para erradicação de uma doença.

Com o Codiv-19, o acesso à informação que se dá a partir de toda a tecnologia que dispomos, principalmente em torno dos mapeamentos, nos parece mais acessível, pois estão sendo divulgadas por diferentes setores de forma interativa e em tempo real. Há uma enxurrada de dados mapeados

sendo despejados por todos os lados e que revela também uma corrida para proferir informações acerca do corona vírus, com criação de mapas exclusivos e de aplicativos com informações em tempo real, que transmite o sentimento para quem acessa do “fazer parte” por se acompanhar de perto o que está acontecendo no mundo. A exemplo disso, está o Google Notícias ou mesmo a Microsoft, empresa transnacional americana, que lança um mapa ao vivo que rastreia os casos de Covid-19 pelo mundo.

Tais recursos, a despeito da leitura crítica que pode ser feita sobre os mesmos, trazem informações que são mais ágeis nas formas de transmissão e de leitura e acabam sendo adotadas, por segmentos que não têm a tradição de uso dessa linguagem, como possibilidades de afirmar outras existências e resistências.

Em Pernambuco, os mapas até então produzidos no âmbito governamental, tratam a população de forma abrangente, ficando subsumidos os dados sobre os povos indígenas. Destaca-se, nesse contexto, a Rede de Monitoramento de Direitos Indígenas (REMDIPE), composta por diversas organizações indígenas e indigenistas, universidades, associações de representação profissional, que têm procurado enfrentar o problema dos dados, buscando equacionar as informações oriundas das diversificadas instituições, organizações e movimentos

O último boletim semanal e o boletim especial produzido pela REMDIPE sobre indígenas na Região Metropolitana do Recife demonstram o número crescente de casos de Covid-19 entre os indígenas no estado, destacando ainda a incidência entre os indígenas que vivem na Região Metropolitana do Recife (RMR).

Os boletins são lançados semanalmente e apresentam alterações não só em relação aos números de ocorrência de Covid19, mas também contemplam as dinâmicas dos povos indígenas em relação ao controle de seus territórios.

INDÍGENAS CONTRA A COVID-19 - PERNAMBUCO



POVOS INDÍGENAS PE CASOS DE COVID-19	CONFIRMADOS				
	INDIC. TUBOS	CURAS	ÓBITOS	TOTAL	
Atikum	0	02	-	02	
Fulni-ô	0	11	26	04	41
Kambiwá	0	-	01	-	01
Kapinawá	0	-	-	-	-
Pankará	0	-	-	01	01
Pankarara	0	02	01	-	03
Pankararu Entre Serras	0	01	-	-	01
Pankaruká	0	-	-	-	-
Pipipá	0	-	-	01	01
Truká	0	-	-	-	-
Tuxá	0	-	-	-	-
Tuxi	0	-	-	-	-
Xukuru	0	07	-	-	07
Pankararu Jatobá	0	03	-	-	03
Xukuru (RMR)*	0	-	-	03	03
Warao (RMR)*	0	-	-	01	01
Posiguará (RMR)*	0	02	-	-	02
Total	04	30	26	10	66

* Os dados "Indígenas na RMR" estão melhor especificados no Indígenas na Região Metropolitana do Recife.

www.indigenascontracovidpe.com



- ▲ TERRAS INDÍGENAS (T.I.)
- ▲ T.I. COM BARREIRAS SANITÁRIAS
- ▲ MUNICÍPIOS COM LEITOS DE UTI
- ▲ MUNICÍPIOS COM RESPIRADORES
- ▲ CASOS COVID-19 + INDÍGENAS
- ▲ INDÍGENAS NA RMR



66 **10**
CONFIRMADOS ÓBITOS



Fonte: Boletim Epidemiológico da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), Instituto de Redução de Riscos e Danos à Saúde em Pernambuco (IRDD-PE) - Em 09/05/2021 e Organização Indígena (OAI/MI, ODIPE e ODAPE) - Em 09/05/2021

Os critérios definidos pelas instituições produtoras de dados, destacando aqui a própria SESAI e o Distrito Sanitário Especial de Saúde Indígena (DSEI-PE), negligenciam a realidade daqueles que não são considerados aldeados. Os dados da REMDIPE dão visibilidade a outro tipo de informação que vem sendo colocado como um dos “gargalos” para a definição de ações que atendam às necessidades dos povos indígenas: as estratégias de proteção elaboradas pelas próprias etnias.

ÓBITOS POR COVID-19
» INDÍGENAS NA RMR*

01
Warao
RECIFE

03
Xukuru
JABOATÃO DOS
GUARARAPES



» www.indigenascontracovidpe.com



Fonte: IBGE/2010; COLETIVO KARAXUWANASU [26.05].

* RMR - REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE.



POPULAÇÃO INDÍGENA NAS
CIDADES MAIS POPULOSAS DA RMR*



Em Pernambuco, através de uma articulação denominada Karaxuwanasu, em vias de formalização, existe um movimento de indígenas oriundos de diferentes etnias, inclusive de fora do estado de Pernambuco e que vivem na Região Metropolitana do Recife. A situação de pandemia tem evidenciado sua invisibilidade, pois não constam nem mesmo nos dados da SESAI, visto que os critérios do órgão na definição de seus usuários excluem aqueles que se encontram fora de territórios oficialmente reconhecidos pelo Estado brasileiro.

Tal invisibilidade se estende aos povos indígenas que se encontram em processos mais recentes de reivindicação de regularização fundiária e, portanto, não são atendidos por Polos Base de Saúde Indígena. É o caso, a exemplo, dos Tuxá Campos e dos Tuxá Pajeú, no município de Itacuruba,

que sofreram com um processo de deslocamento compulsório em razão da instalação da Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga e, hoje, ameaçados pelo projeto de implantação de uma Central Nuclear na área que reivindicam. Na pauta dos movimentos de indígenas em contextos urbanos e “desaldeados” está o direito à assistência pelo subsistema de saúde indígena.

O levantamento realizado a partir da REMDIPE apontou, até o momento, duas situações específicas: (i) a do povo Warao, originário da Venezuela e que se encontra em abrigos precários providenciados pela Prefeitura da Cidade do Recife, com o apoio de instituições da sociedade civil e campanhas de doações; (ii) a de indígenas que moram na Região Metropolitana, principalmente nas regiões periféricas.

A saúde como território de disputas

Diante da incapacidade histórica do Estado estruturar uma política indigenista que possa dar conta de situações de crise como a que vivemos, da agravada situação de retrocesso democrático e do desmantelamento das instituições que poderiam assegurar essa construção, a saúde, no contexto de pandemia, foi assumida como o campo de disputas de poder e de protagonismo dos povos indígenas e onde se revelam a complexidade no momento.

Se para esses povos, o reconhecimento do território sempre foi o espaço privilegiado de lutas, em contexto de pandemia houve uma transposição para o campo da saúde que desvelou o poder organizativo, as várias ações e iniciativas articuladas pelos próprios segmentos: os bloqueios sanitários, chamados de “*lockdown* indígena”; as campanhas para arrecadar alimentos e equipamentos de proteção individual. A tecnologia também começa a ser utilizada por coletivos indígenas que passaram a produzir mensagens em áudio para alertar a população dos cuidados a serem disseminados para evitar a contaminação.

A própria REMDIPE também vem a se constituir uma importante estratégia de resistência com a integração de organizações indígenas. São elas: a Organização do Jovens Indígenas de Pernambuco (COJIPE), a Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME), e a Comissão de Professores Indígenas de Pernambuco (COPIPE). Entrou também na pauta na REMDIPE a crítica às medidas anti-indígenas que vêm sendo encaminhadas pelo Governo Federal, possibilitando a grilagem de terras e fragilizando os direitos territoriais indígenas, como a Instrução Normativa nº 9 da Funai, o Parecer 001/2017 da AGU e o PL 2633/2020 - O Projeto de Lei da Grilagem.

Constata-se, nesse mesmo contexto de pandemia, que ganham agilidade os processos de licenciamento ambiental envolvendo exploração mineral e energética no estado de Pernambuco, aproveitando o vácuo que o vírus produz, deixando “a boiada passar”, expressão usada pelo atual ministro do Meio Ambiente, em reunião ministerial, para explicitar expedientes oportunistas do governo federal que visam fragilizar as regras de proteção ao meio ambiente conquistadas a duras penas. Enquanto estamos em *blockdown*, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, ainda no mês de março, registra que, devido à maior frequência de usos das plataformas digitais de licenciamento ambiental, as licenças e análises de processos aumentaram.

Estamos diante de um novo contexto de guerra, em que os dados podem induzir efeitos perversos ao focalizar os indicadores em si mesmo e não as práticas sociais que sustentam a vulnerabilidade de segmentos sociais. Há necessidade de se entender os instrumentos, os aparelhos específicos que compõem o sistema de conhecimento em tempos crise, constituídos enquanto técnicas, inseridos no campo político em que são produzidos e que são utilizados. Ao se proceder um exercício de exegese dos dados estatísticos, das tabelas e dos mapas oriundos desse tecnicismo, ou fazendo-os contracenar com os dados apresentados pelas dinâmicas sociais, será possível enxergar, não com muita dificuldade, que o problema vai muito além do vírus.

REFERÊNCIAS

ACSERALD, Henri. O debate sobre cartografia e processos de territorialização – anotações de leitura/ Introd. Cartografias Sociais, lutas por terra e lutas por território: um guia de leitura IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 2015.

COVID-19 no mundo, no Brasil e Pernambuco. Disponível em: <<https://dados.seplag.pe.gov.br/apps/corona.html#mapas>> Acesso em: 28 de abr. 2020.

Mapa de vulnerabilidade produzido por coletivos pode ajudar a reduzir impacto do coronavírus em Paulista. Disponível em: <<http://marcozero.org/mapa-de-vulnerabilidade-produzido-por-coletivos-pode-ajudar-a-reduzir-impacto-do-coronavirus-em-paulista/>> Acesso em: 29 abr. 2020.

DÍAZ, J. H. Fulni-ô. In: Povos Indígenas no Brasil (PIB).1998. Disponível em: < <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Fulni-%C3%B4> > Acesso em: 17 mai. 2020

REMDIPE. Boletim #6 – Povos Indígenas e a COVI-19 em Pernambuco. Disponível em: <<https://www.indigenascontracovidpe.com/>>. Acesso em: 30 mai. 2020.

SOUSA, A. P. A sociologia da quantificação de Alain Desrosières: novos modos de dominação, de gestão e de governança neoliberal. In: Anais do 18º Congresso de Sociologia.Trabalho apresentado no 18º Congresso de Sociologia. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://www.adaltech.com.br/anais/sociologia2017/resumos/PDF-eposter-trab-aceito-0985-1.pdf>> Acesso em: 17 mai. 2020.